



2. CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA

2.1. O Castelo de Almourol – construção, restauros e funções.

Quando os templários estavam a concluir a construção do castelo de Tomar, decorria o ano de 1169, receberam a doação dos castelos de Cardiga e de Zêzere.

Foi na fronteira sul destes novos domínios, no âmbito territorial do castelo do Zêzere, que os templários decidiram erguer o *Castelo de Almourol*.

A ordem militar ficava, assim, na posse de um vastíssimo domínio, com uma implantação estratégica notável, que lhes permitia controlar os caminhos que se dirigiam de Leste para Santarém acompanhando a margem norte do Rio Tejo, uma vasta área do vale do Tejo e também a via que atravessava o Rio Tejo em Punhete, atual Constância, e se dirigia até Coimbra. Era, na época, uma das estradas medievais mais trilhadas.

Todas estas circunstâncias davam sentido à localização e construção da nova estrutura militar.



Figura 1. Vista do Castelo de Almourol.



O castelo de Almourol terá sido erguido no local de um primitivo castro lusitano conquistado pelos romanos no séc. I a.C. e remodelado segundo a técnica castrense ocupado sucessivamente pelos Alanos, Visigodos e Mouros.

Em escavações efetuadas no interior e exterior do castelo foram encontrados vários vestígios da presença romana (moedas, uma inscrição num cipo, e restos de alicerces em opus romano) e do período medieval (medalhas, 2 colunelos de mármore).

A bibliografia consultada aponta para construções anteriores ao castelo de Almourol durante o século II a.C.

Quando em 1129 as tropas portuguesas conquistaram este ponto estratégico do país, o Castelo já existia com a denominação Almorolan, sendo entregue aos templários quando da reconquista por D. Afonso Henriques (1112-1185), que os encarregou do povoamento do território entre o rio Mondego e o Tejo, e da defesa da então capital de Portugal, Coimbra.

O castelo começou a ser reedificado, no ano de 1171, tendo adquirido, em linhas gerais, as sua atual geometria, (figura 2) características da arquitetura templária: espaços de planta quadrangular, muralhas elevadas, reforçadas por torres adossadas, dominadas por uma torre de menagem.

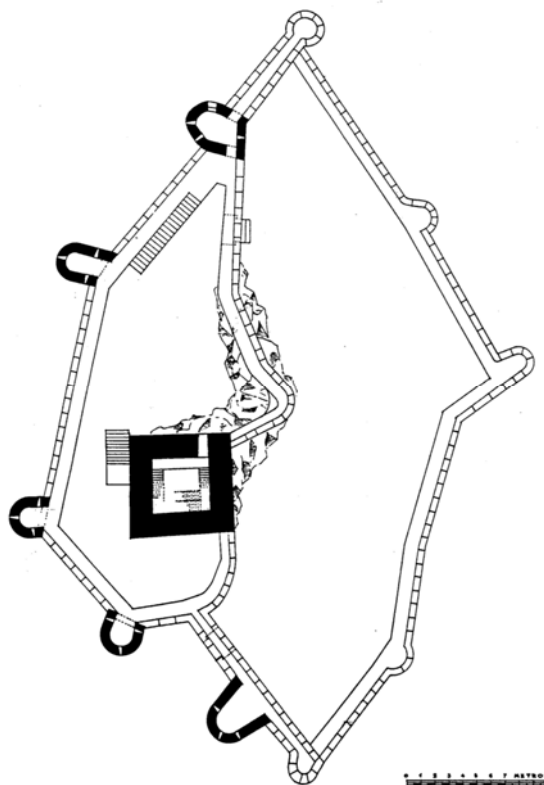


Figura 2. Geometria atual, em planta, do Castelo de Almourol.

O Castelo de Almourol assenta sobre afloramentos rochosos da ilha (figura 3) ocupando quase a totalidade do espaço disponível com uma cota suficiente para evitar as cheias do Rio Tejo que normalmente se faziam sentir no inverno.



a)

b)

Figura 3. a) Afloramento rochoso sobre o qual foi erguido o Castelo. b) Base do Castelo assente no afloramento rochoso.

O Castelo tem uma área de 1674 m² e uma planta que se adapta à topografia local, de forma sábia, com um contorno irregular.

É notória a intenção de, sempre que possível, regularizar o perímetro, adotando troços de muralha retilíneos, com inflexões assinaladas por 10 torreões de planta circular, propícios ao tiro flanqueado.

No seu interior apresenta um espaço compartimentado, aproveitando a diferença de cotas dos afloramentos rochosos para definir duas áreas distintas, um pátio inferior e um pátio superior.

Ao passar a porta de entrada do Castelo, flanqueada por dois torreões circulares (figura 4) acede-se ao pátio inferior, isolado da Torre de Menagem.



Figura 4. a) Torreões circulares que flanqueiam a porta de entrada. b) Vista superior dos dois torreões que flanqueiam a porta de entrada.

Uma placa epigráfica (figura 5), colocada sobre o portão principal, dá conta do início das suas obras, em 1171, dois anos após a conclusão do Castelo de Tomar, edificado por determinação de Gualdim Pais.



Figura 5. Placa epigráfica que se encontra sobre a porta de entrada do Castelo de Almourol.



Nessa placa está implícita a ação militar de Gualdim Pais contra os muçulmanos no Egito e na Síria e a sua ascensão à chefia da Ordem do Templo em Portugal, assim como a subsequente construção dos castelos de Pombal, Tomar, Zêzere, Cardiga e Almourol (...factus domus Templi Portugalis procurator, hoc construxit castrum Palumbare, Tomar, Ozezar, Cardig, et hoc ad Almourol) ^[1], evidenciando a já iniciada construção do castelo de Almourol.

Também nesse ano estavam os templários igualmente empenhados na construção da torre de menagem do castelo de Pombal o que explica a existência de inscrições muito semelhantes nos dois castelos, executadas pelo mesmo lapicida e com textos quase coincidentes.

Uma terceira inscrição, sobre a porta da sacristia da igreja do Convento de Tomar, igualmente datada da era de 1209, semelhante à primeira exceto na enumeração dos castelos, que compreende também os de Idanha e Monsanto, o que evidencia ser esta terceira posterior à primeira, já que estes dois últimos castelos são de edificação posterior a 1171 ^[2].



Figura 6. Porta principal de acesso ao Castelo de Almourol.

[1] Tradução do Latim, “ (... *Temple Portugal tornou-se o gerente da casa, construiu este castelo Palumbare, Tomar, Ozezar, Cardig, e Almourol*)”

Ao passar por uma muralha interna acedemos ao pátio superior.

Todo o espaço interior foi organizado de forma inteligente, pois mesmo que ultrapassada a primeira porta pelo inimigo, este não tinha acesso a toda a estrutura castelar mas apenas a uma parte inferior, zona facilmente batida pelo fogo através de planos superiores.

É provável que os vestígios na estereotomia dos muros (figura 7) e em vários alicerces desta parte inferior digam respeito a algumas construções de apoio à guarnição militar ^[2], o que explicará a presença de duas amplas janelas existentes na muralha sul do Castelo.



Figura 7. Vestígios na estereotomia dos muros respeitantes a algumas construções de apoio à guarnição militar.

[2] Garcês Teixeira, “*O Espólio do Castelo de Almourol*”, *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. III, Tomar, 1932, pp. 4-10, reed. In *Revista de Arqueologia*, vol. 2, Lisboa, 1934-36, pp. 140-145. Uma primeira versão deste artigo fora editada em *Serões de Tancos*, vol. I, Tancos, 1929, pp. 12-15 e 19-22. Entre as estruturas que se erguiam no interior do Castelo de Almourol contava-se, desde 1467, uma pequena capela de que não resta hoje memória ou vestígio – cf. António Baião, “*Uma capela de N. Senhora no Castelo de Almourol, inaugurada no meado do Século XV*”, *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. III, Tomar, 1951-59, pp. 15-16.

No extremo oposto à porta de entrada, encontra-se a segunda porta do Castelo (figura 8) que permite o acesso ao pátio superior. Estas duas portas, uma interior e uma exterior, coroadas por inscrições datadas de 1171, ano em que a estrutura castelar é contruída, destacam a importância que D. Gualdim Pais teve nesta construção [3].



Figura 8. Porta interior de acesso ao pátio superior.

Para além destas duas portas, aparece uma outra rasgada na parede sul, muito bem camuflada pela construção e topografia, junto a um dos torreões redondos – a porta da Traição (figura 9).

[3] Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. Nº 137 (sobre a porta exterior) e nº 138 (sobre a porta interior), pp. 302-308. A inscrição da porta exterior reproduz quase fielmente a inscrição do Castelo de Pombal que se conserva, hoje, no recinto do Convento de Cristo, em Tomar. As três foram executadas pelo mesmo pedreiro lapicida.



Figura 9. Porta da traição.

A Torre de Menagem ocupa quase um quarto da superfície do pátio superior, aparece dominante nos afloramentos mais elevados, é desprovida de Alambor ^[4] (figura 10) e o acesso ao seu interior é feito através de uma escada removível (figura 11).



Figura 10. Torre de Menagem.

[4] Alambor - “Face inclinada dos muros de arrimo e dos embasamentos em construções, também designado por escarpa, jorramento ou jorro; por vezes, usa-se a palavra como sinónimo de talude.”



Figura 11. Escada removível de acesso à Torre de Menagem.

Como era normal em todos castelos medievais, o Castelo de Almourol é dotado de um Adarve, ou caminho de ronda, no alto das muralhas (figura 12). Curiosamente, em Almourol aparece não um, mas dois caminhos de ronda autónomos.

O primeiro ao longo do Adarve da muralha exterior sobre o recinto inferior, onde as sentinelas percorriam pequenos troços retilíneos entre os torreões.



Figura 12. Caminho de ronda, ou Alarve, sobre o pátio inferior.

Um segundo caminho de ronda no topo da espessura dos muros superiores, este com duplo parapeito (figura 13).



a)

b)

Figura 13. a) Vista interior do Adarve com duplo parapeito. b) Vista superior, à esquerda, do Adarve com duplo parapeito.

Importa referir que um Adarve, ou caminho de ronda, caracteriza-se por se apoiar na secção das muralhas e por apresentar um parapeito, coroado por merlões ou ameias na face exterior do muro.

No Castelo de Almourol o Adarve obedece a este esquema mais comum, em grande parte do seu percurso, exceção feita nas duas extremidades do circuito inferior, ou seja, sobre a porta de entrada e sobre a extremidade oposta a esta, onde se encontram pequenos troços de Adarve que correm à cota do circuito superior, proporcionando grandes desníveis em relação ao Adarve inferior, adotando um duplo parapeito.

O muro apresenta Ameias em ambas as faces (figura14), formando um tipo de couraça ^[5] que permite o acesso a um ponto afastado, munida de um duplo parapeito.

[5] Luís de Mora-Figueiroa define couraça como “*murralla que partiendo del recinto fortificado permite el acceso protegido a un punto no muy lejano, normalmente para procurar la aguada, y com adarve de doble antepecho*” (Luís de Mora-Figueroa, *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Cadiz, 1994, p. 85). A Couraça é, aparentemente, uma solução da arquitetura militar peninsular, que apenas surge na Península Ibérica e no Norte de África, aqui *predominantemente em praças detidas pelos portugueses no séc. XV e XVI* – vd. Robert Ricard, “*Couraça et Coracha*”, *Al-Andalus*, vol. XIX, Madrid, 1954, pp. 149-172, reed. In *Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, 1955, pp. 465-495.



Normalmente uma couraça apresenta um desenvolvimento perpendicular ao muro principal, de onde se desprende (figura 14).

Ficando, os guardas, isolados e suscetíveis de serem atacados de ambos os lados, a introdução do duplo parapeito veio a minimizar esta desvantagem.

No caso de Almourol, os dois troços de caminho que adotam duplo parapeito não se encontram perpendiculares à muralha do Castelo, desprendendo-se do circuito superior e avançando até aos Torreões extremos do Castelo. Apresentam grande parte do seu circuito sujeito a tiro oriundo do pátio inferior se este fosse conquistado pelo inimigo, o que era uma clara desvantagem.

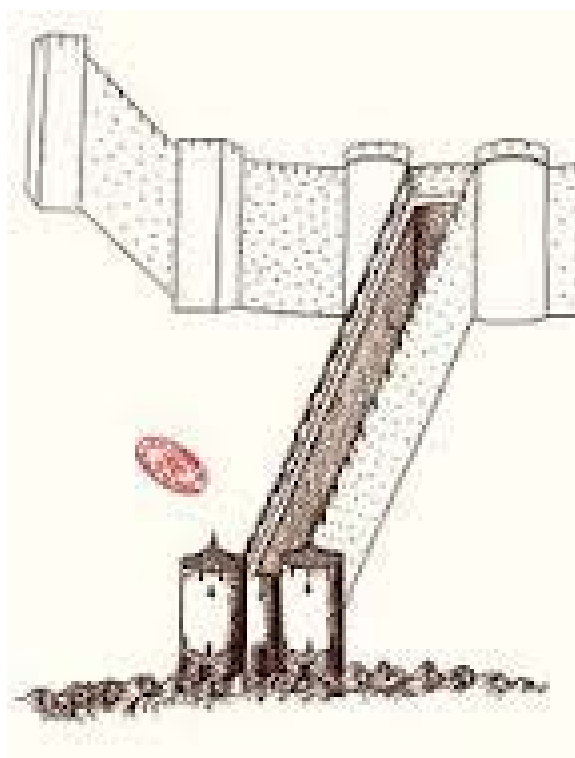


Figura 14. Esquema de uma couraça ou adarve com duplo parapeito.

Para evitar esta desvantagem, é feita a inclusão do duplo parapeito nestes pequenos troços do Adarve, o que veio proporcionar a defesa eficaz a um ataque exterior ao Castelo assim como para um ataque oriundo do pátio inferior.



Na pesquisa realizada não foi encontrada a aplicação desta solução em outros castelos portugueses, no entanto, existem várias aplicações desta solução arquitetónica em castelos e fortalezas no Norte de África, Inglaterra, França, Alemanha e outros.

A originalidade desta solução reflete um grande domínio da arte militar e grande capacidade de adaptar as soluções arquitetónicas às condicionantes do terreno.

Todas as inovações da arquitetura militar, introduzidas pelos templários, não só no Castelo de Almourol – marco importante na arquitetura militar dos Templários, especialmente no Mestrado de D. Gualdim Pais, comprovam que a Ordem Militar era a instituição no Reino que melhor dominava as regras da arquitetura militar e consequentemente que melhor se adaptavam aos condicionalismos impostos pelo terreno.

O terceiro quartel do séc. XII foi um período muito rico em inovações, tornando-se num período de viragem na evolução da arquitetura militar portuguesa.

Com o decorrer do tempo esta zona do país foi perdendo a sua importância estratégica e consequentemente o castelo foi deixado ao abandono provocando a sua degradação até ao século XIX.

No século XIX, na procura de um ideal romântico, o castelo foi como que “reinventado”. Este processo de reinvenção veio a ser materializado um século depois pelas intervenções efetuadas nos anos 40 e 50 do século XX, que adaptaram o monumento a residência da república portuguesa. Para esse fim, novas intervenções foram promovidas, reforçando aspetos de uma ideologia de nacionalidade cultivada pelo regime na época.

Fazendo um percurso cronológico, poder-se-á referir:

- 1129 o castelo estava sob o domínio português; D. Afonso Henriques doou-o a Gualdim Pais, mestre dos templários;

- 1171 foi reedificado pelos templários, segundo epígrafe sobre a porta principal, terá sido várias vezes restaurado nos reinados seguintes;

- No século XIX as obras de restauro alteraram a sua fisionomia original com a construção de vários elementos, tais como, a quase totalidade de ameias e merlões;

- Já no século XX, anos 40 e 50, o castelo foi adaptado a residência oficial da república portuguesa;

- Em 1955 foi feita uma aquisição de mobiliário para o imóvel pela comissão para a aquisição de mobiliário;



No que diz respeito a intervenções feitas pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN:

- Em 1939 foi feita a construção de adarves em alvenaria incluindo placas de betão armado, reconstrução de um cunhal da torre de menagem, reparação e consolidação das ameias incluindo demolição das alvenarias que encobrem as seteiras, reconstrução de abóboda de alvenaria segundo a existente, reconstrução dos pavimentos em calçada miúda e reconstrução dos adarves;

- Em 1955 é feita a instalação de rede elétrica;

- Em 1958/1959 é feita a consolidação da torre de menagem com cintas de betão, impermeabilização do terraço e reconstrução do pavimento e das paredes interiores da torre e reconstrução de uma porta incluindo restauro das ombreiras e da verga; DGEMN / Escola Prática de Engenharia;

- Em 1959, reparação de paramentos num troço de muralhas;

- 1960, conclusão dos paramentos exteriores das muralhas e pavimentação do caminho de acesso; Direção da arma de Engenharia;

- 1964, construção de um caminho contornando a ilha do lado jusante desde o cais até perto do castelo do lado sul; DGEMN / Serviços de Engenharia do Estado-maior do Exército;

- 1996, conservação dos panos de muralha, conservação e beneficiação no interior da torre de menagem e conservação e beneficiação dos pavimentos do castelo;

- 2004, desagregação de algumas muralhas, devido a infiltrações de águas pluviais;



Importa realçar que durante a execução deste trabalho está a ser feita uma intervenção que incide em diversas zonas de desagregação dos panos de muralha e das torres, com trabalhos de impermeabilização, drenagem das águas e beneficiação das muralhas.

Na torre de menagem está a ser feita a substituição do atual terraço, a colocação de uma escada metálica de circulação vertical e a instalação de um sistema expositivo de conteúdos referentes aos Templários.

2.2. Tipologia (castelo) - Definição da tipologia “castelo”

Poder-se-á definir a tipologia castelo, na arquitetura militar, como uma construção medieval fortificada integrando variados edifícios defendidos por muralhas, torreões, fossos, barbacãs, albarrãs, com um ou mais recintos interiores destinados exclusivamente a fins militares estratégicos ou a servir de residência fortificada de um nobre.

Devido à sua localização, normalmente em zonas altas, servia de proteção às populações envolventes.

Os castelos ibéricos pertencendo maioritariamente aos reis, com o objetivo da defesa dos diferentes reinos, tinham uma função estratégica que se sobrepunha à função habitacional, ao contrário do que acontecia no resto da Europa.

Segundo António Pires Nunes (2005, pp.74-79) poderemos descrever duas conceções funcionais de castelos:

- O castelo estratégico e o castelo Ibérico;

“Castelo estratégico: castelo incluído no conceito de defesa militar ativa de um território formulado por quem o podia fazer.

Em geral, só o rei definia a estratégia de defesa e a concretizava mas ela podia ser parcialmente delegada.”

“Castelo Ibérico: castelo inspirado na alcáçova árabe (...) era um recinto fortificado, cercado de altas muralhas ameadas, onde, de espaço a espaço, se erguem torreões ameados, alguns com funções específicas, localizado em posição estratégica e topográfica propícia à resistência (em princípio, em lugares altos), à observação, à proteção das populações vizinhas, que nele se refugiavam, ou à proteção de um sítio ou povoação.”



O castelo ibérico cristão tinha normalmente dois pátios desnivelados e por vezes, três, resultando, neste caso, mais compartimentada a sua disposição, como é o caso do Castelo de Almourol.

No pátio baixo, correspondente ao albacar da alcáçova árabe, onde se recolhia a população com os seus haveres e gado, havia vários edifícios comunais, como o forno, o moinho, a frágua, a carpintaria, etc, além de ser bairro oficial e militar com residências.

O pátio de armas era frequentemente uma parte deste recinto. O pátio acima deste era destinado ao alcaide ou ao senhor e à sua família que habitava num edifício conhecido por palácio do alcaide ou alcaidaria no primeiro caso ou simplesmente por paço, no segundo.

Mais acima podia haver ainda um terceiro pátio só com a torre de menagem, de introdução cristã, que constituía o último reduto de defesa.

O castelo ibérico era uma verdadeira cidadela dominando, muitas vezes, uma povoação que ele próprio gerou e que acabou também por ser cercada por muralhas e veio a adquirir interesse militar.

2.3. Exemplos de Castelos da Ordem Templária em Portugal

Apesar da data de fundação da Ordem do Templo remontar a 1118 ou 1119, em Jerusalém por Hueves de Payens, Godefroy de Saint-Omer e outros cavaleiros franceses, com o aval do então rei de Jerusalém, Balduíno II, a verdade é que esta ordem militar se encontra documentada em Portugal sensivelmente uma década após a sua fundação.

É através da doação do castelo de Soure por D.Teresa aos templários em meados de março de 1128-“...*meorum castello scilliet quod saurium vocatur...*” [6] - que chega o primeiro testemunho da atividade desta ordem em Portugal.

Nesta época, o que era doado aos templários não eram um castelo e território apetecíveis mas, pelo contrário, uma zona destruída por eventos recentes, mal povoada e a necessitar de estruturas defensivas visto tratar-se de um local instável e de fronteira.

Na figura 15 estão representados os locais de atividade Templária em Portugal.

[6] Traduzido do Latim “... *Que a minha aldeia scilliet Saurium chamado ...*”

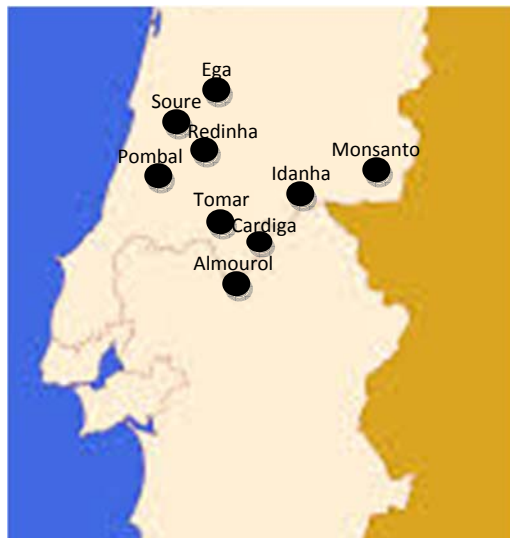


Figura 15. Alguns locais de atividade Templária em Portugal.

Após um período de algum obscurismo que durou cerca de década e meia, os templários surgem em grande, em 1144, ao assinarem um dos seus primeiros feitos de armas na defesa de Soure de uma nova incursão muçulmana.

No ano seguinte os templários receberam os castelos de Longroiva, Penas Róias e Mogadouro, os três localizados em Trás-os-Montes, das mãos de D. Fernão Mendes de Bragança e de sua mulher, D. Sancha Henriques.

Em 23 de janeiro de 1197, D. Sancho I em reconhecimento pelos serviços prestados pela ordem, doou Idanha-a-Velha e seus vastos territórios em troca dos castelos de Penas Róias e de Mogadouro.

Por volta do ano de 1156, já com o mestre da Ordem Templária D. Gualdim Pais, regressado a Portugal da sua campanha no Oriente, os templários deram início à construção do castelo de Pombal, considerada como a sua primeira grande obra, fato confirmado por uma bula de Urbano II, datada de 22 de maio de 1187.

Neste documento declara-se expressamente que o castelo de Pombal fora um dos vários erguidos por iniciativa dos templários, reportando-se, também, aos castelos de Tomar, Zêzere, Almourol, Cardiga e Lapignera (?).

Em 1159 D. Afonso Henriques doou o *Castelo de Ceras* (freguesia de Alviobeira, concelho de Tomar) aos templários, fortificação a necessitar de restauro.

No ano seguinte a 1 de março de 1160 D. Gualdim Pais deu início à construção do castelo de Tomar.



Uma inquirição de 1317, citada por Rui de Azevedo, dá uma explicação para a decisão de não restaurar o castelo de Ceras e avançar para a construção do castelo de Tomar a escassos quilómetros a sul, ao declarar que os templários desprezaram “*o castro de Ceras para ir povoar Tomar por ser melhor cabeça e ter melhores águas*”.[7]



Figura 16. Local onde poderão ter existido as ruínas do Castelo de Ceras, em Alviobeira.

Alguns anos depois, a 30 de novembro de 1165, D.Afonso Henriques distinguiu novamente os templários, agora com a doação de Idanha-a-Velha e Monsanto, com um vasto território compreendido entre os rios Tejo, Elga e Zêzere (*DMP, DR I, doc.288*).

Era mais uma demonstração de confiança do rei à ordem do templo, confiando-lhes um vasto território no leste do reino, fazendo fronteira com o rio Tejo a sul e o reino de Castela e Leão a leste.

Em outubro de 1169, D. Afonso Henriques confirmaria a posse do castelo de Tomar pelos Templários, acrescentando em doação os castelos de Zêzere (concelho V.N. Barquinha) e da Cardiga (concelho da Golegã), (*DMP, DR I, doc.297; Monumenta Henricina, vol I, Lisboa, 1960, doc.7*).

[7] Cf. Rui de Azevedo, “Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, p.40.



Após uma década, entre 1160 e 1170, onde os templários empenharam quase na totalidade a sua atividade no castelo de Tomar por se tratar de uma obra arrojada, seguiu-se a reforma efetuada nos castelos de Pombal (1171), Penas Róias (1172) e Longroiva (1174), bem como a construção de raiz do castelo de Almourol (1171), obras confirmadas por epígrafes.^[8]

As inscrições de Pombal e de Almourol, de 1171, referem na parte final dos seus textos que D. Gualdim Pais fora responsável pela construção dos castelos de Tomar, Zêzere, Almourol, Cardiga, Idanha-a-Velha e Monsanto, alargando assim o número de estruturas castelares templárias.

Tal como se referiu anteriormente, a primeira estrutura a ser confiada aos templários foi o castelo de Soure, intimamente ligado à reconquista definitiva de Coimbra, protagonizada por D. Sesnando e Fernando o Magno, em 1064.

2.3.1. Castelo de Soure

O castelo de Soure, até 1147, foi um ponto estratégico importante na defesa de um dos acessos a Coimbra (a sul) e a Montemor-o-Velho, no que diz respeito ao itinerário já existente da antiga via romana Olisipo-Bracara.^[9]

Numa primeira fase, o castelo de Soure incluía uma estrutura de planta sub-retangular, sem torreões ou cubelos, com uma porta ampla ao nível do rés-do-chão e quatro frestas rasgadas na parede leste e uma na parede sul, conferindo um perfil militar à estrutura.

[8] Vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, Porto, 1995, Insc. N°136 (Pombal, 1171), n°137 (Almourol, 1171), n°138 (Almourol, 1171), n°142 (Penas Róias, 1172-?), n°148 (Longroiva, 1174). A inscrição de Pombal (que hoje se conserva no Convento de Cristo, em Tomar) e as de Almourol (Insc. N°s 137 e 138) constituem das mais pormenorizadas notícias para a biografia de D.Gualdim Pais.

[9] O acesso a Coimbra que passava pela Ladeia, mais interior, era defendido por outras fortificações, nomeadamente pelos castelos de Penela, Rabaçal e Miranda do Corvo. Sobre a passagem da via romana por Soure e sobre a sua importância na época romana, vd. Jorge Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1988, p. 89; e Jorge Alarcão, *Roman Portugal. Gazetteer*, vol II, fasc. 2, Warminster, 1988, p. 98, n°2/165. Sobre a Ladeia veja-se o marcante estudo de Salvador Dias Arnaut, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*, Coimbra, 1939.

No primeiro piso são visíveis vestígios de um andar nobre assente em piso sobrado. Estão presentes ainda nas paredes, 4 ajimezes ^[10] proto românicos com os arcos geminados ornamentados com friso de pontas de diamante, estilo da segunda metade do séc. XII. Uma segunda fase de obras ocorreu quando Soure foi a casa mãe dos templários em Portugal. Nesta fase foram construídas duas torres, dando equilíbrio e simetria à planta quadrada, flanqueando a parede mais desprotegida a sul. Já numa terceira fase, que deverá ser do terceiro ou quarto quartel do séc. XII, surge a torre de menagem com planta sub-retangular erguida no topo norte do castelo.

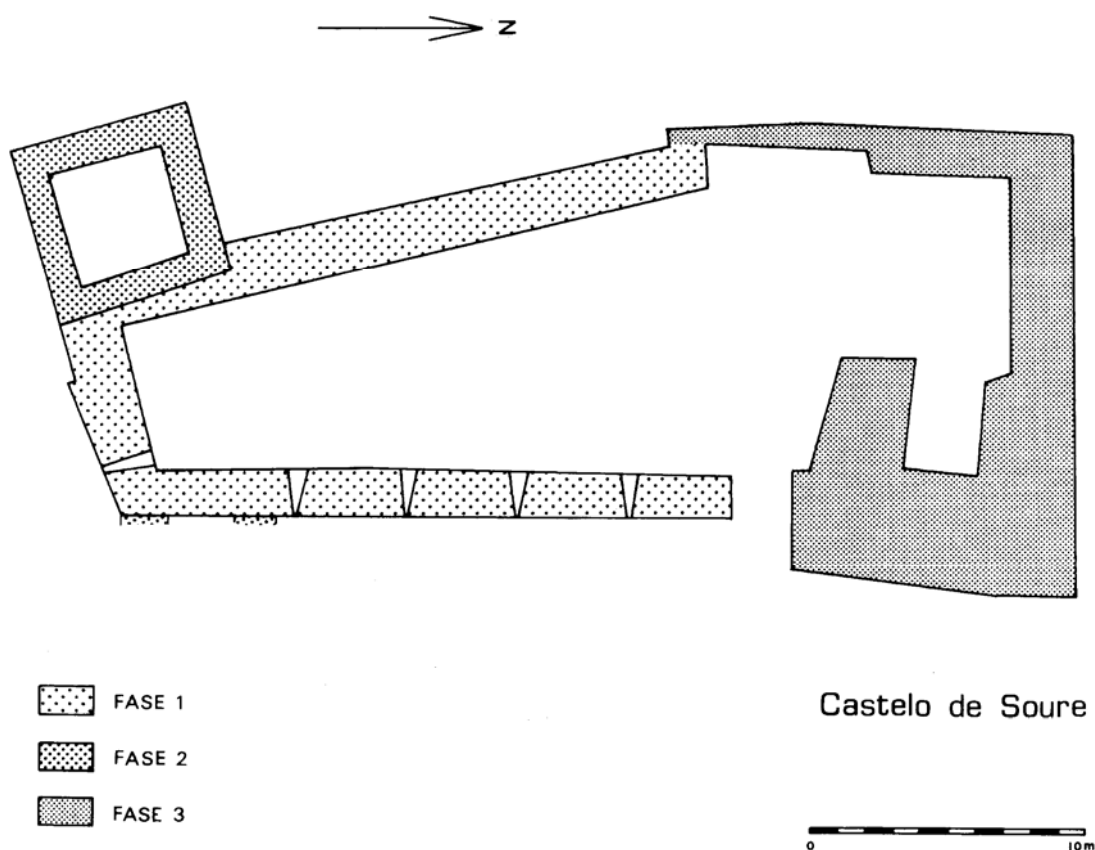


Figura 17. Fases de construção do Castelo de Soure.

[10] Ajimez – Janela arqueada dividida no centro por uma coluna

Seria em Soure o primeiro aparecimento do alambor, na base da torre de menagem (figura 18), que consiste numa base reforçada por uma estrutura pétrea inclinada em rampa, conferindo à torre uma base mais alargada, mais estável e mais resistente, dificultando o assalto dos seus muros, que apenas assumem a vertical ao nível do primeiro piso.



Figura 18. Torre de menagem e murallas do Castelo de Soure.

Esta novidade arquitetónica, introduzida em Portugal pelos templários ^[11] na segunda metade do séc. XII, encontra-se ainda hoje visível nesta torre de menagem em Soure apenas nas suas faces leste e sul, mas é provável que se estendesse pelas quatro faces.

[11] É consensual a ideia que a fonte de inspiração do alambor deverá ter sido trazida por D. Gualdim Pais da arquitetura militar dos cruzados, no Próximo Oriente, quer no Reino de Jerusalém, quer no Condado de Trípoli, no Principado de Antioquia e no Condado de Edessa.



A utilização do alambor, provavelmente devido aos elevados custos que acarretava, apareceu em poucas construções militares no nosso país, entre as quais se destacam, além do existente no castelo de Soure:

-na muralha exterior do castelo de Tomar, erguida entre 1160 e 1169 (figura 19);



Figura 19. Alambor existente na muralha exterior do castelo de Tomar.

-na torre de menagem do castelo de Pombal, construída em 1171 (figura 20);



Figura 20. Alambor da Torre de menagem do Castelo de Pombal.



-na base da torre de menagem do castelo da Lousã (figura 21), uma construção da segunda metade do séc. XII, muito posterior ao recinto erguido por D. Sesnando, e cuja construção deve estar relacionada com o aumento de povoamento que se seguiu à atribuição, em 1151, da carta de foral e da doação do castelo aos seus moradores – DMP, DR, I, doc. 235;



Figura 21. Alambor da Torre de menagem do Castelo da Lousã ou, também designado, Castelo de Arouce.

-em dois torreões da muralha medieval do castelo de Juromenha (figura 22);



Figura 22. Torreões da muralha medieval do Castelo de Juromenha.

-no castelo ou Paço Real do castelo de S. Jorge, obra mais recente que as referidas nos pontos anteriores (figura 23);



Figura 23. Castelo de S. Jorge.

No tombo da vila de Soure, obra redigida em 1508, encontra-se a descrição do castelo referindo uma estrutura militar que, no início do séc. XVI, ainda se preservava num relativo bom estado de conservação, mas já esvaziada de valor militar ou estratégico, apesar de se preservar coroadada com ameias.

2.3.2. Castelo de Penas Róias

O *Castelo de Penas Róias* apresentava um circuito amuralhado, amplo, que está descrito no “*Livro das Fortalezas do Reino*” de Duarte D’Armas em 1509-1510 (figura 24).

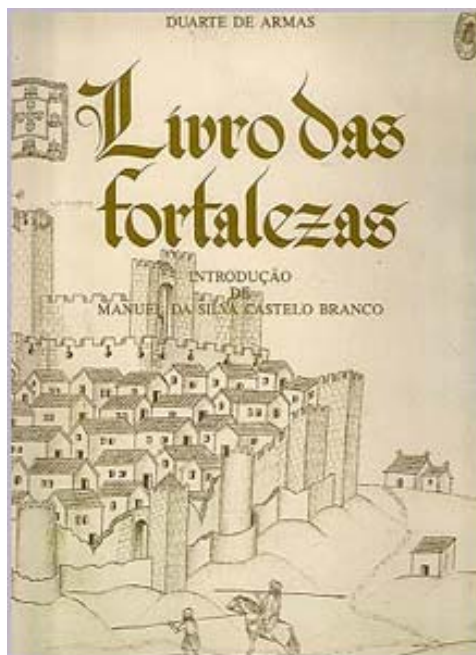


Figura 24. Ilustração do Castelo de Penas Róias no livro “*Fortalezas do Reino*” de Duarte D’Armas.

Hoje, já praticamente nada existe dessa muralha, apenas se mantém no mais alto afloramento rochoso, a torre de menagem, desprovida de alambor (figura 25).



Figura 25. Torre de Menagem do que resta do Castelo de Penas Róias.

2.3.3. Castelo de Longroiva

Quando em 1145 D. Fernão Mendes de Bragança entregou o *Castelo de Longroiva* à ordem dos templários, governada na altura por D. Hugo de Martónio, esta apresentava uma planta trapezoidal com quatro lados de um circuito muralhado e a meio da face menor, uma única entrada. É provável que parte desta muralha já existisse na altura em que o castelo passou para as mãos dos templários em 1145.

Este castelo de Longroiva (figura 26), de defesa passiva, apresenta uma arquitetura militar, românica e gótica.

Só passados cerca de 30 anos, em 1174, seria introduzida por D. Gualdim Pais uma mudança significativa na estrutura primitiva, a torre de menagem.

Este feito foi, por ele, assinalado com uma inscrição:



“*[in e]RA : M CC : II MAGISTER GALDINus : CONDUTOR : PORTUGALENSIUM . MILITUM . TEMPLI . REGNA[nt]E ALFO(n)SO : PORTUGALE(n)SIUm REG(e) CUM . MILITIBUS . SUIS . EDIFICAVIT HANC . TURRIS*” [12].

Esta torre de menagem apresenta uma planta retangular, com duas cisternas, frestas em arco reto, merlões de face retangular, seteiras cruciformes possuindo a hurdício [13] como denunciam os encaixes talhados nos silhares onde este se apoiava, o que a torna o primeiro exemplar da arquitetura militar portuguesa a adotar este sistema. [14]

A porta da cidadela é em arco pleno e a porta da torre em arco quebrado ao nível do 2º registo, algo semelhante ao castelo de Pombal.

O recinto muralhado é transformado em cemitério, revela ausência de merlões e adarve na muralha; vestígios de adoçamento à torre de menagem;



Figura 26. Castelo de Longroiva.

Depois da doação de Longroiva, em 1145, surgem três polos de povoamento importantes, desenvolvidos por Freires templários:

- Ega, Redinha e Pombal.

[12] Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, Insc. N°148, pp. 324-326.

Traduzido do Latim: "[E]RA: 1000 200: 2 Mestre Galdino: Conduta: Portugalensis. Tropas. Temple. Reino do homem [NT] E alfo (n) para: Portugal (n) sium REG (e) fazer. Milícia. Homens. Nós construimos. torre "

[13] Hurdício - grade de madeira, com que se resguardavam algumas muralhas, para não serem muito danificadas por aríetes e projéteis e que permitia tiro vertical para a base dos muros da torre.

[14] BARROCA, 2003, pp. 113-114



2.3.4. Ega

Em *Ega*, a norte de Soure, existiu uma estrutura castelar erguida no morro onde hoje se encontra o Paço da Ega.

O Paço da Ega (figura 27), é um edifício medieval construído sobre as ruínas do antigo castelo da Ega, na primeira metade do séc. XII.

O castelo foi erguido pelos templários sobre uma anterior fortaleza mourisca, conquistada por D. Afonso Henriques.

Passou para a ordem de cristo no séc. XIV e sofreu obras na sequência da visita de 1508.

Mantém, ainda hoje, algumas portas e janelas Manuelinas, assim como algumas pedras romanas, provavelmente com origem num antigo forte romano existente no local.



Figura 27. Paço da Ega.

Existem estudos que levam a crer que os templários se instalaram em Ega antes de Redinha e Pombal, o que faz pensar que se deva a esse fato a existência de castelo em Ega.



Rui de Azevedo documenta a existência dos templários em Ega já em 1145, recebendo heranças e terras cultivadas.^[15]

Ega tratava-se de um segundo polo de povoamento importante, logo a seguir a Soure, e por esse fato é muito natural que aí edificassem, na década de 40 do séc. XII, uma estrutura castelar que, dado o seu estado de conservação, hoje, não nos poderá facultar muitos elementos.

2.3.5. Redinha

No que se refere a **Redinha**, D. Gualdim Pais outorgou-lhe carta de foral em 1159^[16] e foi mais tarde confirmado por D. Manuel I a 16 de dezembro de 1513.

Junto ao monte do castelo, corre o rio Anços, com as margens abundantes em vegetação e foi o local onde os primeiros povoadores se fixaram e mais tarde os Freires da ordem templária que viriam a edificar uma capela – Capela de S. Lourenço (figura 28).



Figura 28. Capela de S. Lourenço, edificada no local onde outrora existiu o Castelo de Redinha.

Para concluir o território de Soure, falta abordar o **Castelo de Pombal**.

[15] Cf. Rui de Azevedo, “Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, p. 24.

[16] PMH, Leges, p. 386



2.3.6. Castelo de Pombal

O Castelo de Pombal localiza-se na freguesia, cidade e concelho de Pombal, distrito de Leiria.

Em posição dominante sobre um maciço rochoso à margem do rio Arunca, este castelo templário teve um importante papel na defesa da região quando da afirmação da nacionalidade e, posteriormente, na consolidação do condado.

A primitiva ocupação humana do seu sítio remonta a uma fortificação romana, posteriormente ocupada por muçulmanos, conforme testemunhos arqueológicos recuperados no morro do castelo.

Consta, na tradição local, que a primitiva igreja de São Pedro, já demolida, foi erguida pelos Godos.

Embora a data correta da construção do castelo seja desconhecida, os estudiosos admitem que terá ocorrido juntamente com outros, à época da Reconquista cristã, no século XII, durante o reinado de D. Afonso Henriques (1112-1185), cerca de 1156, data do Foral da Redinha - que compreende cláusula de pagar-se o aforamento como o das terras de Pombal ("*per forum terrae palumbarii*")^[17] -, e 1171 ("*era de 1209*"), conforme inscrição epigráfica dessa data em Almourol, que refere a construção de uma série de castelos, entre os quais o de Pombal, por Gualdim Pais, (filho de Paio Ramires) então Mestre da Ordem dos Templários em Portugal.

O Castelo de Pombal obedece às mesmas linhas arquitetónicas características dos templários, presentes no de Almourol e nos de Idanha, Monsanto, Tomar e Zêzere, seus contemporâneos.

O castelo era constituído por uma ampla muralha, flanqueada por nove torreões de planta retangular (fig. 29) semelhante à alcáçova do Castelo de Tomar, com uma área construída de cerca de 300 m².

As muralhas ameadas e percorridas por adarve, eram reforçadas originalmente por dez cubelos quadrangulares, protegidas por barbacã, da qual restam vestígios junto às duas portas, e por uma cintura exterior de muralhas.

[17] Traduzido do Latim: "O Fórum de palumbarii"

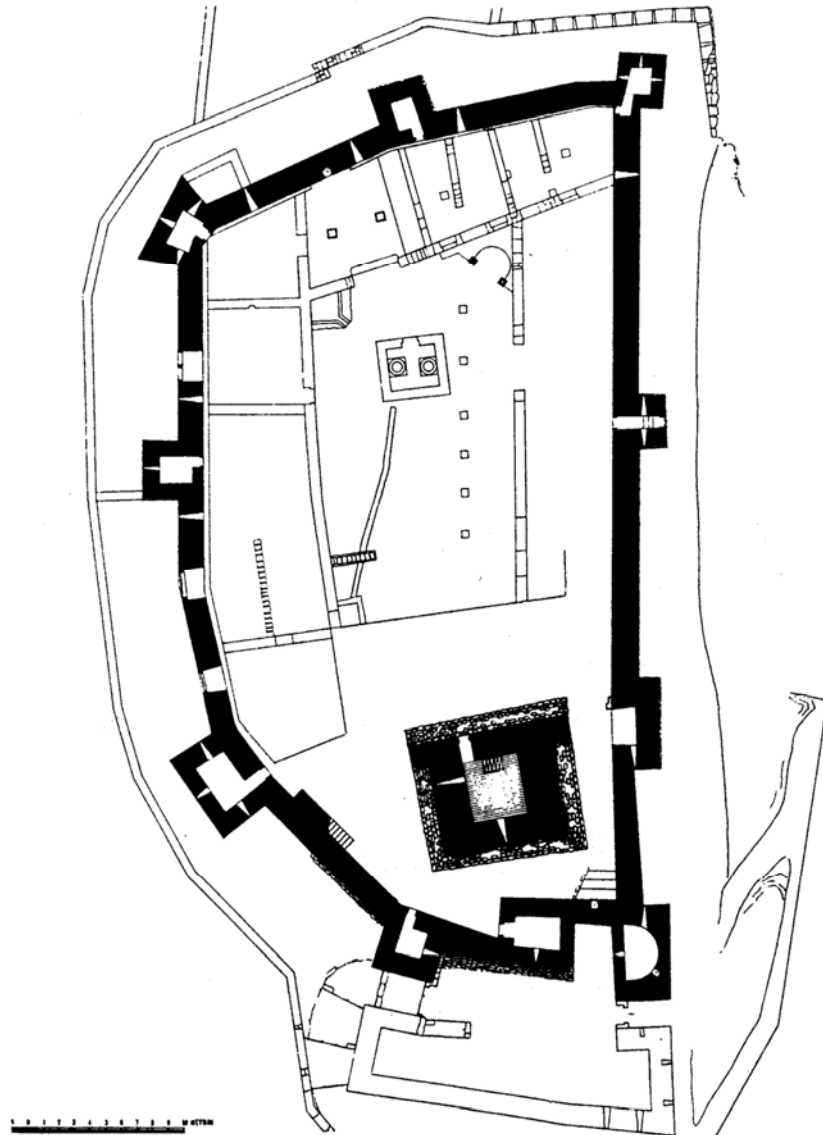


Figura 29. Planta do Castelo de Pombal.

Esta fortaleza reflete uma notável conceção que presidiu à sua construção, invulgar para a época e para o panorama português.

No castelo de Pombal (figura 30) são ainda visíveis, no seu interior, vestígios da ábside e um capitel românico avulso ^[18] da Igreja de S. Miguel (pequeno templo destinado aos freires – uma das diversas construções que ali foram edificadas).

[18] Cf. Manuel Luís Real, “*Perspectivas sobre a Flora Românica da “Escola Lisboense. A propósito de dois capitéis desconhecidos de Sintra no Museu do Carmo*”, Sintria, vol. HI, Sintra, 1982-83, p. 551.



No seu interior foram construídos uns Paços destinados ao mestre do templo como atesta a carta de procuração do concelho de Pombal às cortes de 1383 “...dentro do castelo da dicta vila [de Pombal] nos Paaços umde pousa o mestre de christos...” [19].

Não é conhecida, na sua construção inicial em 1156, a presença de uma torre de menagem, que hoje se pode admirar. Esta torre foi erguida em 1171 como atesta a inscrição que foi levada para o Convento de Cristo por ordem do Infante D. Henrique [20].

Descentrada a sul, a torre de menagem, com planta quadrangular, tem dois contrafortes que a faz parecer muito larga e pouco alta, refletindo as dificuldades construtivas com que os freires se debateram, nomeadamente ao nível da estabilidade, porém quando analisada ao pormenor verifica-se que as suas dimensões não estão desenquadradas das praticadas na segunda metade do séc. XII.



Figura 30. Castelo de Pombal.

[19] Cf. Cortes de D. Fernando, p. 269

[20] Sobre o conteúdo desta inscrição e sobre a sua deslocação para Tomar, vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. N°136, pp.292-301.



Outro fato digno de registo no castelo de Pombal, é a presença do alambor existente na torre de menagem. O alambor está presente nas quatro faces da torre embora, devido à presença dos contrafortes, seja menos visível na face principal.

A torre de menagem de Pombal foi erguida junto à porta de entrada do castelo, que seria um complemento à sua defesa.

Simultaneamente foi feita uma reformulação do sistema defensivo no acesso ao interior da fortificação com a introdução de um alambor na muralha exterior à esquerda da porta de entrada ^[21].

Nesta reforma, foi acrescentado em frente à porta de entrada, um corpo defensivo mais baixo munido de seteiras estribadas. Trata-se de mais um exemplo da modernidade e inovação introduzidos em Pombal.

A oeste do conjunto, ergue-se a alcáçova manuelina, destacando-se os brasões de armas reais e uma janela geminada.

Fora dos muros, pelo lado sul, situam-se as ruínas da antiga matriz de Pombal, a Igreja de Santa Maria do Castelo.

A função deste conjunto era a de prover a defesa e o povoamento destas terras, ao sul do rio Mondego, confiadas à Ordem.

Gualdim Pais outorgou Carta de Foral a Pombal, em 1174, povoação que se desenvolveu na encosta Sul do morro do castelo, onde se encontravam o portão principal e as igrejas de Santa Maria do Castelo e de São Pedro, esta última já demolida.

A conclusão da primeira fase do castelo de Pombal coincidiu com um dos momentos mais marcantes do trajeto da ordem do templo em Portugal – a doação de Ceras em fevereiro de 1159, na sequência do acordo sobre o Eclesiástico de Santarém e da decisão tomada por D. Gualdim Pais de erguer o castelo de Tomar a 1 de março de 1160.

Embora historicamente o castelo de Pombal não tenha estado diretamente envolvido em campanhas maiores, terá estado em alerta quando da contra-ofensiva muçulmana que, em 1171, atacou Santarém e, atravessando a região do Alto Alentejo, assolou Coruche e Abrantes (1179), a de 1184, que de novo teve como alvo Santarém, e a de 1190, que atacou Tomar e arrasou Leiria.

[21] Único local onde a muralha exterior do castelo de Pombal apresenta alambor.



Sob o reinado de D. Dinis (1279-1325), diante da extinção da Ordem dos Templários pelo Papa (1311-1312), o rei procedeu a transferência do património da Ordem no país para a Ordem de Cristo (1317). Pombal e o seu castelo foram o palco da reconciliação entre o soberano e o seu filho D. Afonso, celebrada na Igreja de São Martinho (1323).

No contexto da crise de 1383-1385, Pombal e seu castelo mantiveram o partido do Mestre de Avis.

Quando da invasão de 1385, as tropas de Castela deslocaram-se de Coimbra a Soure, acamparam em Pombal no dia 10 de Agosto, a caminho de Lisboa, optando pelo caminho de Leiria, no qual viriam a sofrer a batalha de Aljubarrota.

Sob o reinado de D. João I (1385-1433), no início do século XV a alcaidaria-mor da vila e seu castelo foram doadas, pelo rei, ao conde de Castelo Melhor, em cuja família se conservou até 1834.

Tendo D. Manuel I (1495-1521) visitado a vila e o seu castelo (1509), determinou-lhe a reconstrução da antiga torre medieval. Posteriormente, passando o Foral Novo à vila (1 de Junho de 1512), outras melhorias devem ter tido lugar, das quais é testemunho o brasão de armas manuelino inscrito sobre o portão principal.

No século XVII, o conde de Castelo Melhor reformou o antigo castelo, adaptando-o a residência senhorial.

No início do século XIX, na época da Guerra Peninsular, foi vítima do saque e do incêndio da povoação, infligido pelas tropas de Napoleão, sob o comando do general André Massena, que regressavam, derrotadas, das Linhas de Torres (1811). Nessa ocasião, perderam-se os originais dos forais concedidos à vila, consumidos pelo incêndio do edifício dos Paços do Concelho.

Abandonado, conheceu a ruína e foi coberto por um extenso matagal.

No século XX, foi classificado como Monumento Nacional, por Decreto publicado em 23 de Junho de 1910.

A intervenção do poder público só se fez sentir, entretanto, na década de 1940, quando foram promovidas obras de consolidação e restauro parcial, a cargo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Novas campanhas de intervenção e restauro tiveram lugar em 1975 e entre 2000 e 2001, voltadas para a recuperação e valorização da torre de menagem.



Figura 31. Castelo de Pombal.

2.3.7. Castelo de Tomar

O Castelo de Tomar, no Ribatejo, localiza-se na freguesia de São João Baptista, na cidade e concelho de Tomar, distrito de Santarém.

Castelo templário na margem direita do rio Nabão, integrou, à época da Reconquista, a chamada Linha do Tejo, juntamente com outros na região que lhe acompanham o estilo: os de Almourol, Idanha, Monsanto, Pombal e Zêzere.

Afirmando-se imperativa a operação de uma fortificação destinada a complementar a linha defensiva do acesso por Santarém à então capital, Coimbra, ao fim de um ano no arruinado Castelo de Ceras, o Mestre da Ordem dos Templários em Portugal, D. Gualdim Pais, filho de Paio Ramires, decidiu-se pela construção de um novo castelo, em local mais adequado, e que viria a tornar-se a sede da Ordem no país.

Não se sabe com certeza qual a razão que levou à opção por Tomar, em vez da reforma do castelo de Ceras.

Alguns estudiosos afirmam que o novo sítio, um outeiro na margem direita do rio Tomar (atual Nabão), dominando uma planície, era estrategicamente mais vantajoso.



Outros argumentam que o sítio foi escolhido considerando a sua posição na linha que, em relação ao Meridiano de Paris, forma um ângulo de 34° , comum nos projetos arquitetónicos da Ordem, correspondente à diagonal da relação de $2/3$ observada na constelação de Gêmeos, um dos símbolos Templários.

De qualquer modo, a construção do Castelo de Tomar iniciou-se em 1 de Março de 1160, conforme inscrição epigráfica nos seus muros.



Figura 32. Vista aérea do Castelo de Tomar.

Na mesma época, iniciou-se a construção da Charola, posteriormente adaptada a Capela-mor, uma das edificações templárias mais importantes no Ocidente.

Sendo este castelo concebido para albergar a sede militar da ordem, era natural que a sua arquitetura militar fosse muito cuidada, tanto mais que a sua implantação encontrava-se em pleno espaço de fronteira.

O castelo de Tomar foi concebido segundo um modelo de fortificação típico do sul que contempla, na conclusão da sua fase inicial, uma almedina, o pátio e uma alcáçova, já distante da até então estrutura muralhada com pátio de dimensões exíguas, habituais nos castelos cristãos do norte senhorial.



Na zona de cotas mais elevadas, entre os 119 e os 126 metros, com uma área de cerca de 0,6 hectares ^[22] encontra-se a alcáçova. Seria aqui implantado o castelo, na colina leste (cota de 126,6 metros) e a charola romântica, ilustrada na figura 33, na colina ocidental (cota de 124 metros).

A Alcáçova templária estende-se entre dois polos, um militar – o castelo, e um religioso – a Charola.



Figura 33. Vista interior da Charola e do Castelo de Tomar.

Como foi descrito por Lacerda Machado em *Castelo dos Templários, origem da cidade de Tomar, Tomar, 1936*, “...é possível que a Alcáçova estivesse munida de uma pequena porta da traição, aberta na muralha leste, próximo da Charola, à boa maneira românica”.

A partir da porta do sol acede-se ao pátio central e este estende-se até à Charola.

No lado leste, a muralha liga o castelo à torre de D. Catarina também chamada de torre do Relógio.

O castelo apresenta elementos de arquitetura militar nos estilos românico, gótico e renascentista que testemunham a sua construção ao longo dos séculos.

[22] Manuel Silvío Alves Conde in “Tomar”, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, INIC, 1990, p. 73.

Alguns autores apontam a presença de vestígios indicativos de uma estrutura militar anterior, que poderia remontar à época romana e que teria perdurado até à época islâmica. Referem a presença, no aparelho dos muros, de algumas placas decorativas, de cronologia visigótica ou moçárabe, provavelmente oriundas do sítio de Santa Maria dos Olivais, à margem esquerda do rio Nabão.

É composto por uma dupla cintura de muralhas, que delimitavam o primitivo burgo intramuros e a praça de armas:

- Uma num plano superior (figura 34), de planta poligonal irregular, com algumas faces curvas, nascendo junto à entrada da Casa do Capítulo e terminando na Torre de Dona Catarina. Delimita a Alcáçova e mantém apenas a cisterna e a Torre de Menagem no seu interior;



Figura 34. Muralha no plano superior, que contém a Torre de Menagem.

- Outra num plano inferior (figura 35), ligando a fachada Leste da Charola à zona Sul da Alcáçova, que correspondia à vila fortificada da Baixa Idade Média.



Figura 35. Muralha no plano inferior.

Também apresenta planta poligonal irregular, desenvolvendo-se em cunha no sentido Leste, rematada numa grande torre de planta quadrangular, denominada Torre da Rainha. Esta cintura incorpora um outro elemento defensivo também introduzido pelos Templários no país: o alambor - embasamento dos muros em rampas, destinadas a impedir a aproximação das torres de assalto e a dificultar os trabalhos de sapa e mina, bem como a eliminar ângulos mortos na base das muralhas, tendo sido empregado em Tomar circundando toda a muralha (figura 36).



Figura 36. Alambor na face exterior da muralha.



Essas muralhas eram reforçadas a espaços regulares por cubelos de plantas semi-circular e quadrangular, na tipologia importada pelos Templários do Oriente, que a ele recorreram na Terra Santa na fortificação de Saphyum, que seguia o desenho do Krak dos Cavaleiros Hospitalários, em Hom.

Entrando pela Porta de Santiago e ultrapassando-se a Porta do Sol surgem, à direita, a Alcáçova e a Torre de Menagem.



Figura 37. Planta que se encontra junto à entrada principal do Castelo.

A Almedina, situada a cotas mais baixas (entre os 102 e os 120 metros) tinha como defesa uma muralha que se adapta à topografia local de forma muito inteligente, e delimita uma área de cerca de 0,6 hectares.

A confrontação a norte é com o pátio cuja comunicação é feita através de uma pequena porta.

A muralha exterior da Almedina prolonga-se desde a Torre de Dona Catarina até à Torre da Condessa – Torre de planta circular, notável modernidade da arquitetura militar da época.

Entre estas duas Torres, a muralha apresenta uma porta para o exterior denominada porta da Almedina ou porta de Sangue, nome adotado na sequência do cerco Almohada de 1190.

A posição desta porta, na muralha, traduz uma colocação bem pensada pois para além de ser possível fazer tiro flanqueado a partir das torres que enquadram a porta, era também



possível fazer tiro a partir do pano de muralha que seguia até à Torre Dona Catarina, o que vem melhorar significativamente as condições de defesa da porta de Sangue.

Para o Norte, observam-se outras torres com plantas de diversas formas.

Ultrapassada a Charola, abre-se a Porta de São Martinho, infletindo a muralha, sempre amparada por torres e cubelos, de novo em direção à alcáçova.

Apesar das múltiplas alterações que tiveram lugar no recinto fortificado ao longo dos séculos, a maior parte delas relacionada com as sucessivas campanhas de alargamento do Convento de Cristo no sector Oeste, são ainda numerosos e significativos os elementos românicos do castelo.

Entre eles destaca-se a Torre de Menagem, com planta de formato retangular dividida internamente em três pisos.

No segundo piso encontra-se uma inscrição em latim, numa lápide comemorativa do cerco muçulmano de 13 de Julho de 1190 na escadaria que leva ao terreiro da Charola, informando ao visitante:

“Na era de 1198 (1160 da era de Cristo), reinando Afonso, ilustríssimo rei de Portugal, D. Gualdim, mestre dos cavaleiros portugueses do Templo, com os seus freires, começou no primeiro dia de Março a edificar este castelo, chamado de Tomar, que, acabado, o rei ofereceu a Deus e aos cavaleiros do Templo.”

Diante do compromisso de promover o povoamento da região, D. Gualdim Pais concedeu o primeiro foral ao termo de Tomar já em 1162, documento posteriormente confirmado em 1174. Em 1165, a Ordem recebeu ainda os domínios de Idanha e de Monsanto, sendo-lhe prometido, em 1169, um terço das terras que viessem a conquistar ao Sul do rio Tejo. No ano seguinte (1170), a chamada Linha do Tejo era reforçada com a construção do Castelo de Almourol.

Duas décadas mais tarde, sob o reinado de D. Sancho I (1185-1211) a contra-ofensiva Almóada de 1190 sob o comando do califa Abu Yusuf Ya'qub al-Mansur, após reconquistar o Castelo de Silves e o Algarve, avançou para o Norte conquistando, sucessivamente, os castelos de Alcácer do Sal, Palmela e Almada (1190-1191).

Transpôs em seguida a Linha do Tejo, cercando Santarém, destruindo Torres Novas e Abrantes até alcançar Tomar, que, sob sucessivos assaltos, resistiu durante seis dias defendida pelos Templários, quebrando o ímpeto do invasor. Nesta ocasião, os mouros forçaram a porta do Sul e penetraram na cerca exterior.



Em 1935 Lacerda Machado fez a ilustração da reconstituição do castelo de Tomar (figura 38).

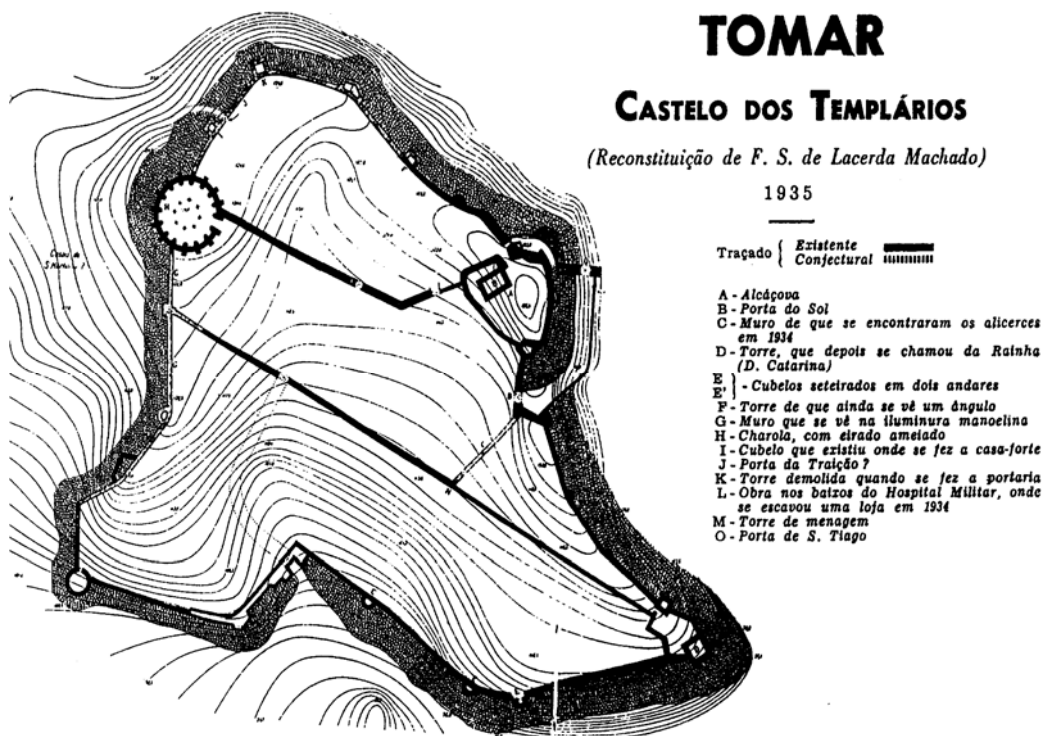


Figura 38. Planta de reconstituição do Castelo Medieval.

A defesa dos Templários foi de tal forma implacável que a porta de assalto ficou conhecida como Porta do Sangue.

Diante da extinção da Ordem, pelo Papa Clemente V (1312), o rei D. Dinis (1279-1325) acautelou a posse dos bens da Ordem no reino. Para melhor administrá-los, criou a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo (1321), inicialmente com sede em Castro Marim, no Algarve, transferindo-lhe o património da antiga Ordem.

Poucos anos mais tarde, entretanto, a sede da nova ordem foi transferida para Tomar (c. 1338).

O Infante D. Henrique, na qualidade de Governador da Ordem de Cristo, terá tido residência no Castelo de Tomar.



Posteriormente, o castelo foi objeto da atenção de D. Manuel (1495-1521) e de D. João III (1521-1557) através de obras de restauração e reforço, quando foi ampliado o Convento de Cristo. Por ordem do primeiro, a população intramuros foi obrigada a transferir-se para a vila, junto ao rio (1499); posteriormente, na primeira metade do século XVI, os *Paços da Rainha* foram ampliados, desenvolvendo-se as obras no sentido setentrional, entre a Charola e a Alcáçova.

Escasseiam, a partir de então as informações sobre este conjunto defensivo: em 1618, demoliu-se a torre Noroeste para se ampliar a entrada no recinto do castelo, que chegou aos nossos dias relativamente bem conservado.

A vila de Tomar foi elevada à categoria de cidade por alvará de D. Maria II (1826-1828 e 1834-1853), em 13 de Fevereiro de 1844.

O castelo encontra-se classificado como Monumento Nacional por Decreto publicado em 23 de Junho de 1918, e como Património da Humanidade, pela Assembleia Geral da UNESCO de 27 a 30 de Junho de 1983.

Em 1973 foram realizados trabalhos de restauro no piso do adarve no troço de muralha entre a Porta do Sol e a Torre da Rainha e, mais recentemente, em 1986, trabalhos de consolidação das muralhas junto à Porta do Sangue.

O castelo de Tomar reveste-se de notáveis características da arquitetura militar portuguesa entre as quais dois aspetos inovadores para a época – a Torre de Menagem e o Alambor.

A Torre de Menagem do castelo de Tomar é a mais antiga que se conhece em Portugal com elementos de datação seguros e precisos, o que por si só, a tornam de singular importância.

Está gravada no lintel da porta da torre uma inscrição que assinala a fundação do castelo a 1 de março de 1160:

“IN : ERA : M^a : C^a : LX^{ta} : VIII : REGNANTE : ALFONSO : ILLUSTRISSIMO : REGE : PORTUGALIS : DOMNUS : GALDINUS : MAGISTER : PORTUGALENSIUM : MILITUM : TEMPLI : CUM : FRATRIBUS : SU(1)S : PRIMO : DIE : MARCII : CEPIT : HEDIFICARE : HOC : CASTELUM : NOMINE : THOMAR : QUOD : PREFATUS : REX : OBTULIT : D[eo et Militibus Templi] ^[23].

[23] Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa {862-1422}*, vol.II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. N° 104, pp. 230-234.

Traduzido do Latim: "In: a ERA: M^a: C^a: LX^{ta}: VIII: O REINADO: Alfonso: Illustrissimi: Rei: Portugal: Domna: Galdinus: Mestre: Portugalensis: os soldados, da casa, com os irmãos: su (1) S: Primeiro: MORRE : Marcie: descanso: hedificare para isso: Castel: DUB: Thomar: que: a do já mencionado sobre: o rei: Você trouxe: D [ele, e os cavaleiros do Templo]

O Alambor de Tomar (figura 39), erguido cerca de 1160-1169, também utilizado pela primeira vez em Portugal pelos Templários, não na Torre de Menagem mas na muralha exterior, é o mais extraordinário exemplo, em Portugal, do uso desta solução rampeada na base dos muros, que impedia a aproximação do inimigo, evitando o escalonamento dos muros e a utilização de máquinas de guerra.



Figura 39. Outra perspectiva do Alambor das muralhas.

A origem desta solução arquitetónica terá sido dos Cruzados, no Próximo Oriente, onde Gualdim Pais permaneceu ao longo de 5 anos.

Foi muito comum o uso do Alambor entre as fortalezas do Próximo Oriente, quer no Reino de Jerusalém, quer no Condado de Tripoli, no Condado de Edessa e no Principado de Antioquia.

São alguns exemplos desta solução arquitetónica as seguintes fortificações:

- No Reino de Jerusalém: Castelo de Belvoir a sul do Lago Tiberiades, Castelo de Kerak de Moab e Castelo de Beaufort;
- No Principado de Antioquia: Castelo de Saone (hoje Qal'at al-Marcab, na Síria) e Castelo de Margat;
- No Condado de Tripoli: Crac dos Cavaleiros;



- No Condado de Edessa: Castelo de Bir, nas margens do Eufrates (hoje Birecik, na Turquia);

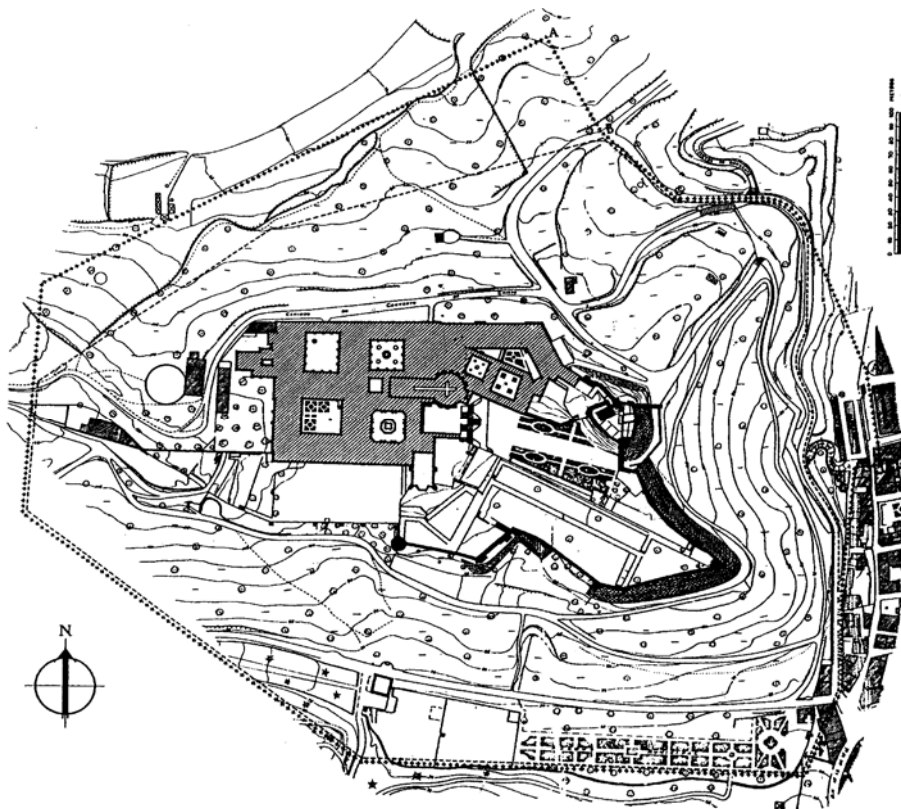


Figura 40. Planta atual do Castelo de Tomar.

2.3.8. Castelo de Idanha

O Castelo de Idanha localiza-se na freguesia e concelho de Idanha localizados no Distrito de Castelo Branco.

A povoação de Idanha-a-Nova ergue-se ao longo de uma elevação e é banhada pelo rio Pônsul.



Sob o reinado de D. Afonso Henriques (1112-1185), o património fundiário da Ordem dos Templários estendeu-se até à Beira Baixa, com a doação de Idanha-a-Velha e de Monsanto, a D. Gualdim Pais, 6º Mestre da Ordem em Portugal, conforme Carta de Doação passada pelo soberano em 30 de Novembro de 1165:

“Afonso, notável rei do Condado Portucalense, filho de Henrique e da Rainha D. Teresa e neto do grande e ilustríssimo Imperador de Espanha, por nós ao mestre Galdino e a todos os Irmãos da Ordem dos Templários que estão no meu reino, faço uma vasta e fortíssima doação da região da Idanha[-a-Velha] e de Monsanto com os limites: Seguindo o curso da água do rio Erges e entre o meu reino e o de “Legiones” até entrar no [rio] Tejo e da outra parte seguindo o curso da água do [rio] Zêzere que igualmente entra no Tejo (...).”

Posteriormente, seu filho e sucessor, D. Sancho I (1185-1211), em 1197, confirmou a doação de Idanha-a-Velha ao 7º Mestre da Ordem, D. Lopo Fernandes, que complementou, em 1199, com a doação da Herdade da Açafa.

Constituiu-se assim um vasto domínio que se estendia do termo de Idanha até ao de Belver. Para a defesa deste trecho da raia, a partir de 1187 foi erguido, sobre uma escarpa na margem direita do rio, um castelo pelos cavaleiros da Ordem dos Templários, sob a direcção do Mestre D. Gualdim Pais.

A sua estrutura obedece às mesmas linhas arquitetónicas características dos templários, nos castelos de Almourol, Monsanto, Pombal, Tomar e Zêzere, seus contemporâneos.

Visando o seu povoamento e o reforço de sua defesa, o rei D. Sancho I (1185-1211) outorgou-lhe Carta de Foral (1201), tendo feito a doação dos seus domínios à Ordem do Templo.



Figura 41. Ruínas do antigo Castelo Medieval de Idanha.



O seu sucessor, D. Afonso II (1211-1223), confirmou esta doação e o foral (1229), rebatizando a povoação com a atual toponímia (Idanha-a-Nova), para distingui-la antiga Idanha (doravante Idanha-a-Velha), a Civitas Igaeditanorum romana, Egitânia dos Suevos e Visigodos, Eydaia dos Muçulmanos, a dezoito quilômetros de distância.



Figura 42. Ruínas do antigo Castelo Medieval de Idanha.

A vila de Idanha-a-Nova desenvolveu-se bastante desde então, ao mesmo tempo em que Idanha-a-Velha entrava em progressiva decadência. Em fins do século XV, D. Manuel I (1495-1521), admirou-se com a diferença do desenvolvimento das duas Idanhas (1496) e, em Junho de 1510, reconhecendo o progresso de Idanha-a-Nova, concedeu-lhe Foral Novo. Nesta época, a povoação e seu castelo encontram-se figurados por Duarte de Armas (Livro das Fortalezas, c. 1509).

Atualmente as ruínas do antigo castelo medieval constituem uma das atrações turísticas municipais.

2.3.9. Castelo de Monsanto

O Castelo de Monsanto, na Beira Baixa, localiza-se na freguesia e povoação de Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco.



No topo granítico do monte de Monsanto, à margem direita do rio Pônsul este castelo raiano medieval domina a Aldeia Histórica, conjunto arquitetónico no qual se destacam algumas casas senhoriais brasonadas e templos, como as ruínas da Capela de São Miguel em estilo românico.

Pouco se conhece acerca da primitiva ocupação de seu sítio. Embora tradicionalmente seja remontada a um castro pré-histórico, posteriormente romanizado, além da *villa* de São Lourenço, no sopé do monte, nenhum outro vestígio corrobora uma ocupação pré-medieval.

À época da Reconquista cristã da península Ibérica, D. Afonso Henriques (1112-1185) assenhoreou-se desta região, onde se estabeleceu a fronteira com o reino de Leão e com os Almóadas. Para guardá-la, os domínios de Idanha-a-Velha e Monsanto foram doados aos cavaleiros da Ordem dos Templários com a responsabilidade de os repovoar e defender:

"Afonso, notável rei do Condado Portucalense, filho de Henrique e da Rainha D. Teresa e neto do grande e ilustríssimo Imperador de Espanha, por nós ao mestre Galdino e a todos os Irmãos da Ordem dos Templários que estão no meu reino, faço uma vasta e fortíssima doação da região da Idanha[-a-Velha] e de Monsanto com os limites: Seguindo o curso da água do rio Erges e entre o meu reino e o de 'Legiones' até entrar no [rio] Tejo e da outra parte seguindo o curso da água do [rio] Zêzere que igualmente entra no Tejo (...)".^[24]



Figura 43. Interior do Castelo de Monsanto.

Este monumento obedecia originalmente às mesmas linhas arquitetónicas características dos templários, nos castelos de Almourol, Idanha, Pombal, Tomar e Zêzere, seus contemporâneos.

[24] Carta de Doação, em 30 de Novembro de 1165.

Erguido na cota de 758 metros acima do nível do mar, apresentava planta poligonal orgânica (adaptada ao terreno), com muralhas reforçadas por diversas torres quadrangulares, percorridas na sua extensão por adarves protegidos por parapeitos ameados. Os muros delimitavam dois recintos em diferentes planos:

- O interno, de planta retangular, correspondente à alcáçova;
- O externo, de planta ovalada, demarcado pela cerca da vila.

Da estrutura figurada por Duarte de Armas (figura 44), pouco restou: descentrada na praça de armas, ergue-se a torre de menagem, denominada localmente como Torre da Atalaia ou Torre do Pião.

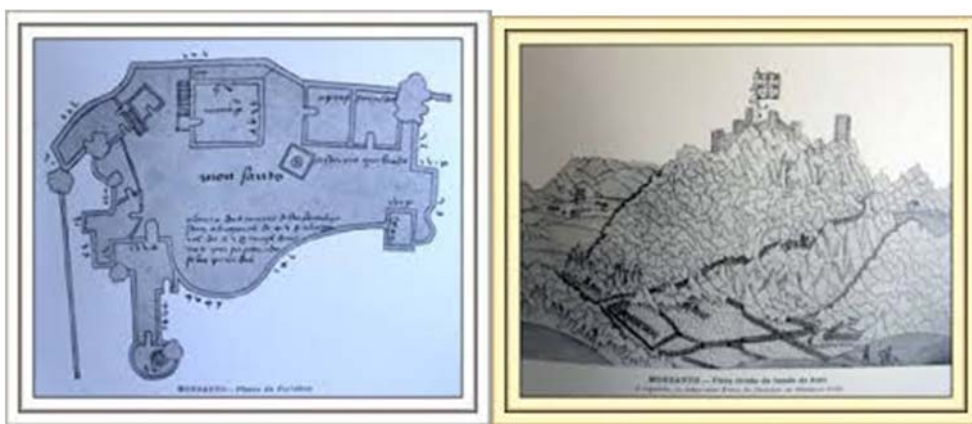


Figura 44. Ilustração do Castelo de Monsanto no livro "Fortalezas do Reino" de Duarte D'Armas.

Nesse recinto existe ainda a cisterna, as escadas de acesso ao adarve e as ruínas da Capela de Nossa Senhora do Castelo (remodelada ao final do século XVII).



Figura 45. Castelo de Monsanto.



Externamente, erguem-se as duas cortinas defensivas (modernizadas no século XVII). Destaca-se, por fim, a Torre do Relógio (Torre de Lucano), torre sineira, de planta quadrangular, onde foi colocada uma réplica do *Galo de Prata* troféu atribuído quando da classificação de Monsanto como Aldeia mais portuguesa de Portugal em 1938.



Figura 46. Castelo de Monsanto.

2.3.10. Castelo do Zêzere

O Castelo do Zêzere localizava-se na povoação e Freguesia de Praia do Ribatejo, Concelho de Vila Nova da Barquinha, Distrito de Santarém.

Castelo Templário, atualmente inexistente, ergueu-se à margem do rio Zêzere, afluente do rio Tejo, integrando a chamada Linha do Tejo.

A Freguesia de Praia do Ribatejo foi uma antiga vila e sede de Concelho. Denominava-se, então, *Pay Pelle* (ou *Pay de Pelle*) e possuía Câmara Municipal e Juiz Ordinário.

À época da Reconquista cristã da península Ibérica, no contexto da conquista de Santarém e de Lisboa (1147), a região foi dominada pelas forças no reinado de D. Afonso Henriques (1112-1185).



Visando atrair povoadores para esta povoação e freguesia de Santa Maria do Zêzere, sua primitiva denominação, a Ordem outorgou-lhe Carta de Foral em 1174, datando possivelmente deste período a edificação do castelo.

O castelo localizava-se entre a vila e a primitiva Igreja Matriz. *Pay de Pelle* constituiu-se em Comenda da Ordem do Templo até 1311.

Com a extinção da Ordem, o seu património em Portugal foi transferido para a Ordem de Cristo, constituindo-se em Comenda desta Ordem entre 1319 e 1843, quando da extinção das ordens religiosas no país.



Figura 47. Igreja Matriz de Praia do Ribatejo, local onde existiu o Castelo do Zêzere. ^[53]

O nome *Pay de Pelle* figura no Foral Novo concedido por D. Manuel I (1495-1521) à vila em 22 de Dezembro de 1519.

Sede de Concelho até ao início do século XIX, com o nome de *Paio de Pele*, a partir de 9 de Setembro de 1927 a vila passou a designar-se por Praia do Ribatejo.

Atualmente, do antigo castelo medieval restam apenas alguns vestígios, uma vez que deu lugar ao cemitério de Praia do Ribatejo, vizinho à antiga Igreja Matriz.



2.3.11. Cardiga

Doado aos Templários em 1169, pertenceu depois à Ordem de Cristo.

Nada resta do seu castelo, mas do palácio faz parte uma capela com belos azulejos.

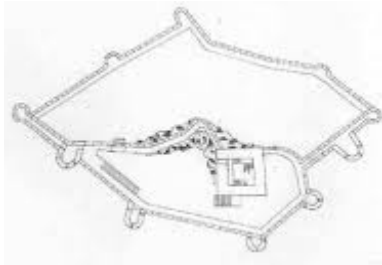

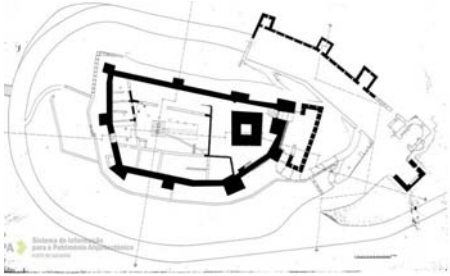


Figura 48. Atual Palácio onde existiu o Castelo da Cardiga.

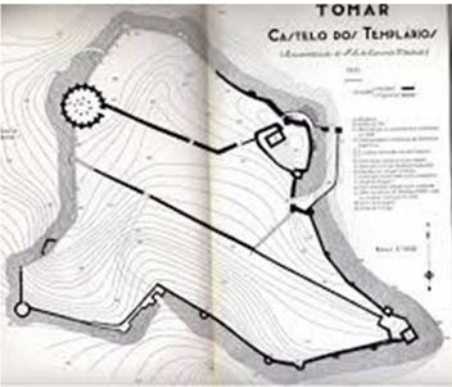
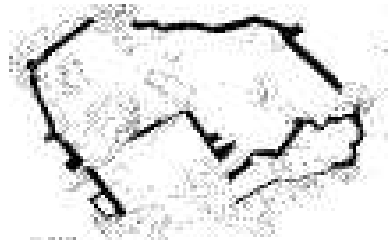
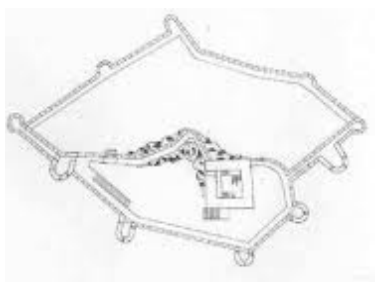
Hoje, pertence a um particular e tem instalações vinícolas e oleícolas, coudelaria, oficinas de fabrico de queijo e manteiga.

No quadro1, estão sintetizadas algumas características de seis dos doze castelos Templários abordados neste capítulo. Os seis castelos que não são mencionados neste quadro já não existem ou encontram-se num estado avançado de ruína.



Quadro 1 – Características de alguns castelos Templários			
Castelo Templário	Planta	Tipologia	Material construtivo
Castelo de Soure		Planta em quadrilátero alongado, no sentido S.-N., composto por dois panos de muralha estando, o do lado N., parcialmente destruído, integrando duas torres viradas a SO. e a NE., ambas formando alambor; no interior, desenvolve-se amplo terreiro central, parcialmente ajardinado.	Alvenaria de calcário
Castelo de Penas Róias		Do castelo subsiste apenas a torre de menagem, de planta em losango, os restos de um cubelo circular que integrava o castelejo e alguns troços da muralha deste, a E.	Xisto quartzítico argamassado com barro
Castelo de Pombal		Planta escudiforme, com panos de muralha circundados por adarve, rematados por merlões prismáticos e reforçados nos vértices e a intervalos regulares por cubelos quadrangulares. A torre de menagem, quadrangular e de 2 andares acima de um embasamento em talude, ergue-se perto da porta SE.	Cantaria e alvenaria de pedra; betão; aço



Castelo de Tomar		<p>Planta irregular. Cortina de muralhas ameadas sobre forte talude, com seteiras crucíferas nos merlões, circundada por adarve; irregularmente angulosa, é guarnecida de cubelos semicilíndricos e semiquadrangulares, rematada no ângulo SE. por torre de planta retangular (Torre da Rainha) e no ângulo SO. por torre circular (Torre da Condessa); a Charola reforçava a cortina O. Torre de Menagem, de planta retangular, em 3 andares.</p>	Alvenaria nos panos murários, cantaria nos cunhais.
Castelo de Monsanto		<p>Integra três recintos muralhados, o exterior de traçado irregular ovalado, englobando os dois recintos interiores. Troços de muralhas com lanços de escada de acesso ao adarve, desprovido de merlões. O recinto compreende quatro torres adossadas pelo lado exterior da muralha, duas de planta retangular e desprovidas de vãos no lado N., uma torre idêntica no lado E. e uma torre de planta quadrada no lado S., com acesso através de lanço de escadas perpendicular ao adarve e apresentando porta de lintel reto no alçado N.</p>	Granito, cantaria, revestimento inexistente.
Castelo de Almourol		<p>Planimetria quadrangular irregular dividida internamente em dois recintos: um exterior, a nível inferior e voltado a montante com porta de tração e cortinas reforçadas por torres circulares, altas e esguias, num total de 9; no interior em zona mais elevada, e comunicando com aquele por uma porta, panos de muralhas tendo ao centro a torre de menagem. As cortinas são coroadas de merlões quadrangulares e seteiras quadradas.</p>	Cantaria de granito aparelhada conjugada com cantaria rusticada e alvenaria argamassada.



2.4. Conclusão

Foi aqui abordado, neste capítulo, vários exemplos de castelos com traços arquitetónicos próprios dos Templários.

São várias as inovações arquitetónicas militares introduzidas pelos Templários em Portugal. As muralhas altas protegidas por torres circulares, o alambor, a couraça ou adarve com duplo parapeito, a torre de menagem dominante no interior das muralhas, tudo inovações que se tornaram muito importantes na defesa e reconquista do território de Portugal.

No que diz respeito ao castelo de Almourol, trata-se de um Monumento que cruza vários estilos militares de arquitetura, desde o estilo romano ao românico, passando pelos estilos gótico e revivalista.

Quando em 1129 D. Afonso Henriques doa o castelo ao Mestre Templário D. Gualdim Pais é feita, uns anos mais tarde (1171), a reedificação, seguindo uma linha de arquitetura militar Templária, já com as inovações arquitetónicas militares introduzidas como a torre de menagem, a couraça e as altas muralhas protegidas por torres circulares, muito semelhante ao que se encontra no castelo de Tomar, aqui já com a introdução do alambor.

Foram várias as obras de restauro realizadas nos reinados seguintes. A torre de menagem sofreu muitas alterações ao longo dos séculos. Da torre original já resta muito pouco.

Era constituída por três pisos que, ao longo do tempo, foram sendo alterados.

As nove torres que circundam o castelo têm formas e dimensões irregulares e as cortinas das muralhas são providas de merlões e seteiras quadradas.

Com o passar dos séculos, o castelo de Almourol foi perdendo a sua importância estratégica e, conseqüentemente, foi deixado ao abandono, provocando a sua ruína.

Durante o século XIX algumas obras de restauro foram realizadas, já referenciadas anteriormente neste capítulo. Como consequência destas obras, a sua fisionomia original foi sendo alterada com a construção de quase a totalidade das suas ameias e merlões.

Nas décadas de 40 e 50 do século XX o castelo de Almourol viria a ser adaptado para Residência Oficial da República Portuguesa.

O castelo de Almourol é um dos castelos mais emblemáticos e cenográficos da Reconquista, sem dúvida, um dos castelos que melhor invocam a presença da Ordem dos Templários em Portugal.



É vasto o legado arquitetónico militar deixado pelos Templários, tornando-se muito importante a sua preservação no presente e com linhas orientadoras para o futuro.

Sendo o tema deste trabalho a *Revitalização do castelo de Almourol*, pretende-se que este belo Monumento Templário se preserve no tempo carregando consigo toda a sua história.